
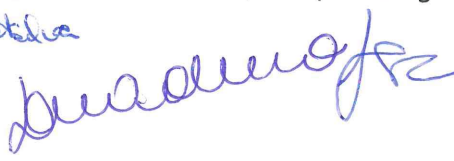



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE VIANA –
COMSEAVI.**

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às **14:00** horas, nas dependências do Centro municipal dos Conselhos, localizada no centro do município de Viana, reuniu-se em caráter ordinário o **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana (COMSEAVI)**. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dafyne Jesus Matos Maduro (**SEMTAS**), Max Giovani Lodi (**IMCAPER**), Valério Francisco Frechiani (**CORAÇÃO ABERTO**), Alessandra A. Amorim (**DORCAS**) Silvana Arruda (**FEMOPOVI**), Josué Spinola Conti (**AVIAPIS**) Elias Ferreira e Swami Vivekananda Dutra (**AMAR**), Juliany Caçandre Carneiro (**SEMAG**), Raquel Martins Queiroz Freitas (**SEMED**), Altair Marcos de Oliveira (**AMARP**), Patrícia de Almeida Matos (**AMO VIANA**), Thayná Galarani (**SEMSA**). Justificaram ausência: João Carlos Faria (**Sindicato dos Trabalhadores Rurais**), Vanderlei Soares da Silva e Dienne Borges da Silva (**ACEERAN VANKATE**), Quézia B. Correia Pires (**SEMSA**), Laércio André Nochang (**FEMOPOVI**).

Foram discutidos os seguintes pontos de pauta: Inscrições das instituições, comissão eleitoral, entregas do pnae, retorno das visitas e informes gerais.

A reunião do conselho se iniciou com o presidente Sr. Valério agradecendo pela presença dos participantes e destaque para a preocupação com as frequentes ausências de alguns membros. Foi ressaltado que as reuniões seguem um calendário anual previamente definido, sendo um compromisso assumido por todos, e que a falta de participação prejudica a tomada de decisões, já que depois surgem questionamentos de quem não esteve presente. Reconheceu-se que imprevistos acontecem, como compromissos médicos, mas reforçou-se a importância de que cada conselheiro faça esforço para comparecer, considerando que as reuniões ocorrem apenas uma vez por mês. Em seguida, discutiu-se a necessidade de regularizar e organizar a documentação das instituições que compõem o conselho, especialmente diante de programas em andamento, como o que já selecionou agricultores e teve aprovação. Foi apontada dificuldade em localizar documentos de algumas entidades, já que gestões anteriores não salvaram corretamente os arquivos no sistema. Assim, propôs-se refazer o processo de inscrição das instituições, organizando toda a documentação do zero, incluindo CNPJ, estatuto, ata e demais documentos atualizados, criando um registro formal com número de inscrição para cada entidade. Destacou-se que algumas instituições já estão com documentação atualizada, enquanto outras precisarão reenviar os documentos. Também foi mencionado que este é ano de eleição do conselho, o que exigirá atualização documental no processo

Almeida
 





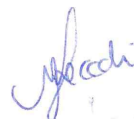
eleitoral. Será feito um levantamento das instituições com documentação regular e solicitado o envio do que estiver faltando. Em seguida, discutiu-se uma demanda apresentada por agricultores que relataram dificuldades para atender aos pedidos realizados, especialmente em relação ao volume solicitado e à sazonalidade dos produtos. Foi citado o exemplo de um produtor com registro que não consegue fornecer grandes quantidades de uma só vez, pois precisa atender outros clientes, além de casos em que produtos são solicitados fora da safra ou quando já não há mais disponibilidade. A Conselheira Raquel explicou que os pedidos são organizados com base em planilhas e cardápios previamente elaborados, atendendo cerca de 40 escolas, e que antes de cada período de entrega é enviada mensagem aos agricultores perguntando quais produtos estarão disponíveis. A partir dessas respostas, os pedidos são montados. Também foi esclarecido que, quando necessário, poderá possível dividir a demanda entre dois fornecedores para garantir o atendimento completo, especialmente quando se trata de itens fixos no cardápio, como proteína. A conselheira Patrícia relatou que alguns agricultores, incluindo ela, não receberam as mensagens de consulta sobre disponibilidade, enquanto Raquel afirmou que os contatos foram realizados, inclusive por grupo de WhatsApp e mensagens privadas, utilizando planilhas com os quantitativos e dialogando individualmente quando há necessidade de substituição de produtos. Foi sugerido aprimorar a comunicação e talvez criar um planejamento mais alinhado com o tempo de produção, para que os agricultores possam se organizar melhor quanto ao plantio e à colheita. Dafyne Reforçou que as colocações não têm caráter de crítica, mas de sugestão para melhorar o funcionamento do programa, buscando equilíbrio entre as exigências técnicas, o atendimento às escolas e a realidade produtiva dos agricultores. Destacou-se ainda a importância do diálogo constante, da troca de experiências com outros municípios e do ajuste contínuo dos procedimentos para que o processo funcione de forma mais eficiente e harmoniosa para todos os envolvidos. Na continuidade da reunião, foi discutida a questão da emissão de notas fiscais e dos pagamentos aos agricultores. Foi esclarecido que, em alguns programas como o PAA, a nota é emitida pela equipe responsável, e em outros casos, como no CDA e no PNAE, também há apoio na emissão. No entanto, ocorreram situações específicas em que alguns agricultores conseguiram emitir a nota por conta própria, gerando dúvidas e diferenças pontuais nos procedimentos. Foi reforçado que a equipe está à disposição para orientar, embora sendo necessário, às vezes, buscar apoio de outros setores para solucionar dificuldades, como problemas de acesso, troca de telefone ou divergências cadastrais. A conselheira Patrícia relata diferenças na comunicação e na organização entre programas, destacando que, em certos casos, recebem cronogramas anuais com datas definidas de entrega e pagamento, avisos com antecedência e acompanhamento mais estruturado. Em contrapartida, houve manifestação de insatisfação em relação ao PNAE, especialmente quanto à falta de comunicação sobre pedidos, atrasos em pagamentos e suposta diferença de tratamento entre agricultores. Afirmou ainda não ter recebido comunicados enviados em janeiro, enquanto outros teriam recebido, relatando que sua última informação foi em dezembro. Também mencionou atrasos de três a quatro meses para recebimento, além de alegações de que teria sido informada sobre problema bancário, o que posteriormente foi negado pelo gerente do banco. Diante disso, expressou sentimento de tratamento desigual e questionou a legalidade da situação,

Silvia
Dafyne
Patrícia

ressaltando que todos os agricultores participantes cumprem os mesmos critérios documentais e passam por fiscalização, defendendo que o tratamento deve ser igualitário, conforme previsto em lei. Declarou, inclusive, a intenção de se retirar do programa caso a situação não seja esclarecida. Altair porém relatou experiência diferente, afirmando que, ao perceber que não estava sendo chamado, entrou em contato diretamente com a equipe, conseguiu regularizar sua situação e posteriormente resolver pendência bancária relacionada ao pagamento. Destacou que, em alguns casos, é necessário buscar ativamente informações para solucionar problemas. O debate evidenciou a necessidade de revisar os fluxos de comunicação, garantir que todos os agricultores recebam as mesmas informações de forma clara e comprovável, além de assegurar transparência nos critérios de convocação, pedidos e pagamentos, evitando qualquer percepção de tratamento desigual e fortalecendo a confiança no programa. Foi reforçado que situações de atraso ou falhas operacionais podem ocorrer por questões técnicas, como problemas no sistema no momento do pagamento, sem que necessariamente haja culpa direta de quem está executando o procedimento. No entanto, a agricultora e conselheira Patrícia reiterou que, em seu caso, não havia qualquer pendência bancária, apresentando inclusive comprovação do gerente do banco de que sua conta estava regular. Destacou ainda que, após intervenção junto à gestão, o pagamento foi liberado, o que levantou questionamentos sobre onde estaria ocorrendo o entrave anterior. Ressaltou que os agricultores dependem diretamente desses pagamentos para manter o planejamento anual e a subsistência familiar. Também foi questionada a ausência de comunicação prévia sobre os pedidos, afirmando que outros agricultores teriam sido consultados sobre a disponibilidade de produtos, enquanto, no seu caso, o pedido já chegava definido, sem consulta anterior. Dafyne e Raquel explicou que, quando o agricultor possui apenas um item já conhecido, como no caso do abacate, nem sempre há nova consulta prévia, pois a oferta já é de conhecimento da coordenação. Em relação à divisão de cotas, foi novamente esclarecido que os valores são distribuídos conforme o número de agricultores que oferecem o mesmo produto, sendo rateados entre eles, o que pode resultar em diferenças no total contratado. Diante da complexidade das colocações e da apresentação de registros pela agricultora e conselheira Patrícia, foi sugerido que os questionamentos sejam formalizados por meio de documento oficial do conselho, direcionado à secretaria responsável, para que as respostas partam da autoridade competente. Foi ressaltado que o conselho não executa os pagamentos nem operacionaliza diretamente o programa, não sendo o órgão responsável pela decisão final. Para encaminhamento, ficou acordado que será feito contato com a responsável pelo PNAE para que, na próxima reunião, sejam apresentados esclarecimentos formais sobre os pontos levantados — especialmente comunicação, critérios de divisão de cotas e prazos de pagamento — a fim de trazer transparência, evitar ruídos e buscar uma solução definitiva para a situação. Foi questionado se ainda havia algo a tratar sobre o PNAE e, em seguida, discutiu-se a participação de agricultores em outros programas, como o PA e o CDA. Foi explicado que, no caso do PAA, há cadastro de reserva e que, ao fechar a cota atual, será aberta nova inscrição, dando oportunidade para quem desejar participar. Também foi esclarecido que o CDA terá novo período de inscrição em breve, permitindo que agricultores não contemplados anteriormente possam se candidatar novamente.



Silvânia
Dafyne



A Conselheira Patrícia manifestou agradecimento ao prefeito e ao secretário por terem auxiliado na liberação de seu pagamento, embora tenha ressaltado que entende que essas questões deveriam ser resolvidas pelos setores responsáveis, sem necessidade de intervenção superior. Na sequência, tratou-se do retorno das visitas às propriedades, que haviam sido suspensas devido às condições climáticas instáveis. Ficou acordado que as visitas serão retomadas após o carnaval, iniciando por uma região e seguindo de forma organizada até contemplar todos os produtores. Também foi abordada a questão da fiscalização e possíveis penalidades previstas em contrato. Foi ressaltado que a fiscalização é legal e necessária, estando prevista nos contratos do PNAE e demais programas. Caso um produto seja entregue fora do padrão de qualidade, pode ser recusado, devendo o produtor recolhê-lo e substituí-lo. Destacou-se que a fiscalização no PNAE é rigorosa quanto à qualidade dos alimentos, embora tenham sido apontadas críticas em relação à comunicação e aos pagamentos. Foi lembrado ainda que a equipe enfrenta limitações operacionais, pois muitas vezes precisa conciliar o recebimento, conferência, lançamento de notas e fiscalização simultaneamente, o que exige organização e possível reestruturação do processo. Reforçou-se que o objetivo das colocações não é confronto, mas garantir transparência, organização e justiça no tratamento dos agricultores, considerando que todos dependem diretamente desses programas para sua subsistência e planejamento anual. Reiteraram que os alimentos entregues precisam ter qualidade, pois serão destinados a famílias e instituições que merecem receber produtos dignos, da mesma forma que qualquer consumidor. Destacou-se a importância de buscar soluções para melhorar a organização das entregas, inclusive com apoio mútuo entre os próprios agricultores e membros do conselho, como já ocorreu em situações em que produtores ajudaram na conferência para dar mais agilidade ao processo. Foi ressaltado que a fiscalização é necessária, mas que quem fiscaliza também precisa ter conhecimento técnico sobre os produtos, especialmente quanto ao ponto de colheita e maturação das frutas. Explicou-se, por exemplo, o conceito do ponto "de vez", adequado para transporte e manuseio, evitando tanto produtos verdes demais quanto maduros em excesso. Sugeriu-se que o conselho promova orientações para alinhar esse entendimento entre produtores e fiscais. Em relação aos programas, houve reconhecimento de que o CDA e o PAA vêm funcionando de forma organizada, enquanto o PNAE ainda apresenta desafios, principalmente quanto à comunicação e prazos de pagamento. Reforçou-se que é preciso buscar melhorias, considerando que os agricultores dependem diretamente desses recursos para sua subsistência. Também foi destacada a preocupação com o futuro da agricultura, diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores. Por fim, entrou-se no ponto da comissão eleitoral, lembrando que o mandato atual se encerra em setembro, sendo necessário organizar a nova eleição. Também foi retomada a questão da regularização das instituições que compõem o conselho, com o compromisso de levantar quais estão ativas, verificar documentação e organizar um número de inscrição permanente para cada uma, garantindo maior controle e formalização para o próximo processo eleitoral. Após as manifestações, ficaram indicados, pela sociedade civil, Altair, Elias e Josué. Pelo poder público, ficaram definidos Dafyne e Julliany. Ficou acordado que será criada uma resolução formalizando os nomes da comissão e, posteriormente, um grupo de trabalho para elaboração do edital.

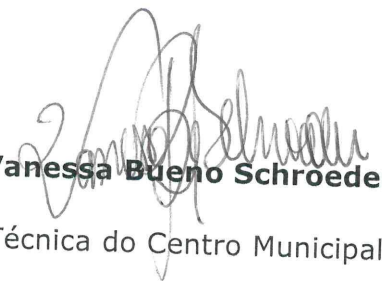
Silvia
João
José
Dafyne
Julliany

A comissão terá como responsabilidade organizar todo o processo eleitoral, incluindo definição de prazos para inscrição das entidades, período de análise da documentação, divulgação de resultados, eventuais recursos, data da eleição (caso haja mais entidades inscritas do que vagas disponíveis) e data de posse da nova composição. O edital anterior será utilizado como base, com atualização das datas e ajustes necessários. Por fim, reforçou-se a importância de organizar o processo com antecedência, garantindo transparência, regularidade documental e ampla participação das entidades interessadas, para que a próxima gestão do Conselho seja constituída de forma legítima e organizada. Atualmente compõem o Conselho as seguintes instituições: FEMOPOVI, AVIAPIS, AMARP, AMAR, CORAÇÃO ABERTO, DORCAS, AMOVIANA, SINDICATO DOS TRABALHADORES, ACEERAN VANKATE, AVK totalizando dez da sociedade civil. No entanto, será necessário confirmar quais permanecerão para o próximo mandato, já que todas deverão realizar nova inscrição no processo eleitoral. Até onde se sabe, nenhuma instituição possui cadeira permanente no Conselho, ainda assim, será feita conferência no regimento interno e na legislação para garantir que o processo esteja plenamente adequado. Além da organização da eleição, será retomada a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O esboço já foi iniciado e ainda serão incorporadas contribuições das áreas da educação, saúde e assistência. Quando o documento estiver finalizado, será apresentado ao plenário para aprovação e posterior publicação. Nada mais havendo a tratar, Eu, Vanessa Bueno Coordenadora técnica do Centro Municipal dos Conselhos, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais presentes.



Valério Francisco Frechiani

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de
Viana - COMSEAVI- 2024-2026.



Vanessa Bueno Schroeder

Coordenadora Técnica do Centro Municipal dos Conselhos

Schroeder

Frechiani

LISTA DE PRESENÇA

Data: 10/02/2026	Hora: 14:00	Local: Centro Municipal dos Conselhos
Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Titular: Laércio André Nochang	FEMOPOVI	
Suplente: Silvana Arruda da Silva	FEMOPOVI	<i>Silvana Silva</i>
Titular: Josué Spinola Conti	AVIAPIS	<i>Josué Conti</i>
Suplente: Maurilio Brandão	AVIAPIS	
Titular: Elias Ferreira Nunes	AMAR	
Suplente: Swami Vivekananda Dutra	AMAR	
Titular: Altair Marcos de Oliveira	AMARP	
Suplente: Marcina Lima dos Santos	AMARP	
Titular: Valerio Francisco Frechiani	CORAÇÃO ABERTO	<i>Valerio Frechiani</i>
Suplente: José Carlos Pereira Cunha	CORAÇÃO ABERTO	
Titular: Evandro Luciano de Oliveira	DORCAS	
Suplente: Alessandra Aparecida de Amorim	DORCAS	
Titular: Patricia de Almeida Matos	AMO VIANA	<i>Patricia de Almeida Matos</i>
Suplente: Valdiane Rodrigues dos Santos	AMO VIANA	
Titular: João Carlos Faria	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	
Suplente: Jucileia Lima de Almeida Cavatti	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	
Titular: Vanderlei Soares da Silva	ACEERAN VANKATE	
Suplente: Dienne Borges da Silva	ACEERAN VANKATE	
Titular: Renata Santana de Souza	AVK	

Suplente: Albino Siqueira Nascimento	AVK	
Titular: Quezia Botelho Correia Pires	SEMED	
Suplente: Raquel Martins Queiroz Freires	SEMED	<i>Raquel M. Martins Freires</i>
Titular: Dafyne Jesus Matos Maduro	SEMTAS	<i>Dafyne</i>
Suplente: Vera Carla Alves Cardoso	SEMTAS	
Titular: Max Giovanni Lodi	INCAPER	<i>max giovani lodi</i>
Suplente: Viviane Starling Shwanz	INCAPER	
Titular: Barbara Ahnert Aceneto	SEMSA	
Suplente: Thayná Galarani de Paula	SEMSA	<i>[Signature]</i>
Titular: Juliany Caçandre Carneiro	SEMAG	<i>[Signature]</i>
Suplente: Robertha Di Carvalho Bragato	SEMAG	

Ouvintes	Representatividade	Assinatura

VALÉRIO FRANCISCO FRECHIANI

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI Biênio: 2024-2026.